

John Breuilly

Ao longo da Conferência Anual da Associação para o Estudo da Etnicidade e Nacionalismo (ASEN), pedimos a John Breuilly, catedrático dos Estudos do Nacionalismo e Etnicidade na *London School of Economics* (LSE), que nos falasse do percurso do estudo do nacionalismo, de onde veio e para onde caminha. Don H. Doyle, da Universidade da Carolina do Sul, e Susan Mary-Grant, da Universidade de Newcastle-Upon-Tyne, ambos fundadores da Associação para a Investigação da Etnicidade e Nacionalismo nas Américas (ARENA), encontraram-se com o professor John Breuilly, no dia 29 de março de 2006, para um almoço no Coopers, restaurante situado junto à LSE.

DD: Esta entrevista vai ser incluída no fórum *H-Nationalism*, a ser inaugurado no dia 3 de abril. Pretendemos fazer entrevistas, iniciando por esta, seguida de outras com destacados acadêmicos especialistas no estudo do nacionalismo. Por que não começa por nos falar um pouco da sua formação acadêmica, particularmente, como se envolveu com o estudo do nacionalismo e a relação entre seu interesse pela história alemã, seu livro, *Nationalism and the State*, e os estudos do nacionalismo na LSE?

JB: Eu me doutorei em História do Trabalho da Alemanha do Século XIX e, antes de ter terminado o doutoramento, fui nomeado para lecionar em Manchester. Tais nomeações costumavam acontecer àquela altura. Assumi, então, várias responsabilidades árduas e numerosas, porque muitos acadêmicos mais antigos tinham deixado o departamento. Naqueles

dias, o departamento era razoavelmente recente e muito idealista no relacionado à inovação do ensino acadêmico e, dessa forma, os membros do departamento decidiram ensinar uma cadeira chamada “Temas da História Moderna”. Eu escolhi – isto no início dos anos 1970 – ensinar os temas referentes ao “Estado” e às “Nações”, primeiramente focados na Europa pós-quincentista. Então, durante vários anos, dei palestras sobre como e por que o Estado-nação tornou-se a norma política da Europa nos tempos modernos. Àquela época, ainda tinha a História Alemã como minha área de especialidade e, por isso, não me preocupei muito em escrever sobre esse tema. Mas enquanto fui dando as palestras, não consegui encontrar um livro que investigasse aquilo que cada vez mais me interessava, ou seja, uma comparação da relação entre o nacionalismo e o Estado numa série de diferentes situações. E, eventualmente, cheguei à conclusão de que tal livro só poderia existir se eu o escrevesse. Então escrevi o livro, *Nationalism and the State*, publicado em 1982. Jamais me passou pela cabeça que o livro se tornasse no sucesso em que se tornou. Não apenas entre os historiadores, mas também entre os investigadores de outras disciplinas, como a Ciência Política. Desde então, tenho tentando conciliar meus interesses históricos – que entretanto passaram da História do Trabalho da Alemanha, para a História Urbanista da Alemanha e para outros aspectos da História Comparativa Anglo-Germânica e para a História da Europa Ocidental, esta última de uma forma mais abrangente – com o estudo do nacionalismo. O principal cruzamento entre as duas temáticas deu-se quando tentei entender o nacionalismo alemão em termos de teorias e comparações mais amplas. Fiz várias modificações no livro, *Nationalism and the State*, quando da publicação da segunda edição, pois o colapso da União Soviética pareceu-me ter modificado a situação global e eu precisava levar isso em consideração. E então, de repente, deu-se a possibilidade de aceitar esta posição de catedrático na

LSE, junto à qual enfatizei o fato do nacionalismo não ser minha única área de interesse, de não ter desenvolvido uma teoria do nacionalismo, de não estar escrevendo um livro sobre o nacionalismo, e, ainda assim, fui nomeado e, por isso, aqui estou eu, cada vez mais envolvido com o estudo do nacionalismo porque tenho de ensinar cadeiras chamadas “Nacionalismo”, algo que jamais tinha feito.

DD: Isso ao nível do Mestrado?

JB: Há uma cadeira, quer ao nível da Licenciatura quer ao nível do Mestrado, considerada a principal do Mestrado em Nacionalismo e Etnicidade. Também há um *workshop* de investigação sobre os problemas do nacionalismo. Todas estas cadeiras foram desenvolvidas por Anthony Smith, meu antecessor, e eu atualmente as administro juntamente com meu colega, John Hutchinson.

DD: O seu livro foi publicado em 1982, um ano antes da publicação de *Imagined Communities*, de Benedict Anderson, *Nations and nationalism*, de Gellner, e de *The invention of tradition*, de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, obras publicadas em 1983. Onde foi buscar as idéias sobre nações e nacionalismo para o seu livro? O que leu e o que influenciou a maneira como o escreveu?

JB: Essa é uma boa pergunta. Eu li sobretudo material histórico. Conhecia o capítulo *Thought and change*, de Gellner, publicado em 1964, no qual ele já resumia as principais idéias da sua teoria. Mas o tema ainda não era devidamente tratado do ponto de vista das ciências sociais. A principal obra que eu então conhecia era a de Karl Deutsch, *Nationalism and social communication*, e os primeiros manuscritos de Anthony Smith, particularmente, *Theories of nationalism*. A maior parte dos trabalhos publicados na área das ciências sociais focava a disciplina da ciência política e estava mais preocupada com o

nation-building, num quadro temporal mais contemporâneo do que histórico. Mas a maior parte da literatura era histórica e foi através dela e das comparações que pude então fazer com base nessa mesma literatura histórica que trabalhei. Algumas das obras de história eram genéricas, tal como as de Carlton Hayes, Hans Kohn e Hugh Seton-Watson – escritas de forma narrativa. Algumas enfatizavam as idéias, como os trabalhos de Hayes e Elie Kedourie. Mas a maior parte das obras eram estudos de caso. Fui influenciado, quase subconscientemente, penso eu, por um ou dois acadêmicos alemães mais antigos. Há um historiador chamado Theodor Schieder, cujo trabalho deveria ser traduzido para inglês. Schieder, por exemplo, desenvolveu uma tipologia, que é, na verdade, a mesma que eu adoto quando faço a distinção entre nacionalismo de reforma, nacionalismo de unificação e nacionalismo separatista e que também se parece com o *Times Zones in Europe*, de Gellner. Então penso que, provavelmente, fui influenciado pelas obras alemãs, como, por exemplo, pelo trabalho praticamente desconhecido, mas revolucionário, de Eugen Lemberg, assim como por outros mais antigos que tendemos a esquecer. Mencionei Karl Deutsch e ele pode ser associado aos austro-marxistas como Otto Bauer. Mas, àquela altura, eu não pretendia criar uma teoria ou explicação abrangente. Pelo contrário, simplesmente pensava o nacionalismo como uma história essencialmente política – o nacionalismo como uma forma de fazer política, procurando ou exercendo o poder – e ligar essa história, através de uma série de análises comparativas, ao Estado moderno territorial como o mais importante lócus de poder nos tempos modernos. Como é que o nacionalismo se relacionou com isso e como poderia eu desenvolver uma tipologia por meio da qual iria organizar a história comparativa? A literatura teórica não ajudou muito nessa tarefa e, de qualquer modo, as coisas mais influentes foram publicadas exatamente ao mesmo tempo.

DD: Sim, mas depois de ter publicado seu livro. Quando, um ou dois anos depois, leu Hobsbawm e Anderson, qual foi sua reação?

JB: Bem, em 1993, escrevi uma crítica aos trabalhos de Gellner e Anderson e nela tentei relacioná-los à minha própria abordagem. Porque estes autores me chamaram a atenção para o fato de eu ter trabalhado a partir de uma abordagem e um entendimento generalista. Até então, tinha agido como o modesto historiador que diz: *“Eu não tenho a pretensão de saber muito, mas apenas descrever as coisas de forma um pouco mais precisa do que tem acontecido até agora”*. Anderson tinha uma abordagem culturalista do tema e Gellner representava a abordagem social ou sociológica e eu, claramente, representava a abordagem política. O que tínhamos em comum, contudo, juntamente com Kedourie no campo das idéias e Hobsbawm e Ranger em outro tipo de história cultural, era o fato de olharmos para as nações e o nacionalismo como fenômenos modernos e construídos, ao invés de naturais e perenes. Então, comecei a situar-me nesse mapa intelectual mais amplo. Na verdade, Hobsbawm é um pouco diferente e *Invention of tradition* não deveria ser tão facilmente colocado ao lado dos trabalhos de Gellner e Anderson. Naquele livro, *Invention of tradition*, o nacionalismo não é um tema tão central quanto isso. As pessoas tendem a esquecer-se disso e penso ser mesmo curioso elas se esquecerem disso. Hobsbawm apenas quis estudar o nacionalismo após o colapso da União Soviética e, de uma certa forma, sempre achei isso curioso. Creio que o próprio marxismo de Hobsbawm o torna constitucionalmente incapaz de se dedicar ao nacionalismo de maneira positiva. O triunfo do nacionalismo sobre o socialismo é o tema negativo subjacente ao seu livro, *Age of extremes*, que fala do “curto século XX” em marcante contraste com o movimento progressivo da história, o tema dos seus três volumes sobre o “longo século XIX.” O nacionalismo torna-se, assim, movimento ain-

da mais negativo e reacionário depois de 1918. Em suma, eu não estava realmente ciente dos escritos de Hobsbawm e Ranger porque não os entendia como estando relacionados com o nacionalismo. De igual forma, àquela altura, as questões de identidade, costume e tradição não eram, de fato, o centro da atenção. De novo, este é um desenvolvimento posterior. Penso que há algo de distinto naquela série de livros que foram de repente publicados, inclusive o meu, na primeira metade dos anos 1980, que não deverá ser confundido com diferentes preocupações que só surgem depois de 1990. *Invention of tradition* é um livro menos importante do que os outros, quer pelo tratamento indireto que dispensa ao nacionalismo quer pelas suas implicações quanto à forma como as reivindicações feitas pelos nacionalistas no referente à forma como a história e a tradição devem ser tratadas.

DD: Professor Breuilly, uma das coisas que me intriga é, por um lado, esta torrente de estudos nacionalistas e, por outro lado, uma espécie de revigoramento do debate para o qual Anthony Smith contribuiu, quando o definiu em termos das origens do nacionalismo, primordiais *versus* cívicas, assim como outros teóricos que falavam das origens construídas do nacionalismo, contribuindo para a definição do debate no final dos anos 1980. Isso ocorreu antes do fim da União Soviética e pareceu antecipar o advir de um interesse muito oportuno que surgiu, obviamente, com a explosão dos movimentos nacionalistas.

JB: Quando eu estava escrevendo a introdução da segunda edição do *Nations and nationalism*, de Gellner, levei em consideração esses livros publicados na primeira metade dos anos 1980 e que continuam, hoje em dia, a ser influentes. E não estou falando apenas do meu, mas também dos trabalhos de Gellner, Anderson, Hobsbawm e Ranger. Anthony Giddens publicou *Nation-State and violence*, Charles Tilly, igualmente, tam-

bém estava escrevendo, assim como Paul Brass e John Armstrong, que publicou, *Nations before nationalism*, portanto, havia bastantes obras disponíveis. Creio que isso aconteceu por causa de inúmeras razões. Eu tendo a procurar essas razões, sobretudo, na política. Primeiro, vivia-se a era de Reagan e de Thatcher. E acredito que muito da conversa sobre o fim da ideologia, da política consensual, foi eliminada no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, resultando em conflitos políticos mais abertos. A Revolução Iraniana de 1979 foi, talvez, o acontecimento internacional chave. Penso que muitas pessoas começaram a redescobrir as grandes idéias e as idéias mais generalistas, numa tentativa de entender as mudanças dramáticas que estavam a acontecer. Tal não se aplicou apenas ao estudo do nacionalismo. Perry Anderson escreveu dois ótimos ensaios sobre os elementos da cultura nacional da Grã-Bretanha. O primeiro trata daquela fase consensual e o segundo analisa o reaparecimento da teoria generalista e de um debate mais polarizado. Em segundo lugar, na Europa houve um ressurgimento do nacionalismo. Tom Nairn, um colaborador de Perry Anderson (que também é o irmão de Benedict Anderson), publicou *The breakup of Britain*, no final da década de 1970 e criou uma visão geral do nacionalismo em termos de desenvolvimento desigual. Michael Hechter também publicou um livro sobre o colonialismo interno. Estas foram respostas ao ressurgimento do nacionalismo na Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales. (A devolução do poder aos parlamentos regionais foi o acontecimento que derrubou o governo trabalhista, em 1979, tendo sido seguido pela vitória eleitoral de Thatcher.) Noutras partes da Europa, havia outros movimentos regionalistas: os catalães e bascos na Espanha, os flamengos na Bélgica, os bretões na França. Mais longe, o movimento francês-canadiano no Quebeque. Então, penso que, em particular, na Europa Ocidental precedendo e depois acompanhando o agravamento dos conflitos mundiais – havia a sensação de que o nacionalismo

estava novamente em marcha e, portanto, as nações ou Estados-nação existentes não podiam ser aceitos como tinham sido até então. De modo geral, o otimismo subjacente às ideias do *nation-building* dos anos 1960 deu lugar ao pessimismo, e a crise econômica nos países pobres, como por exemplo na África, ajudou a estimular conflitos étnico-políticos. No mundo comunista, a Guerra no Vietnã, o colapso da ordem no Camboja, a tensão e a guerra entre a China e a URSS, também conscientizaram as pessoas para o poder do nacionalismo. Então, creio que os dois pontos-chave são: o ressurgimento do conflito étnico e nacionalista e o retorno à política ideológica e polarizada. Outra fase começa evidentemente com o colapso da União Soviética, porque, de certa forma, aquele generaliza o conflito nacionalista, que advém da Europa Ocidental e se espalha pela Europa de Leste. A Revolução Iraniana evolui em direção a um fundamentalismo islâmico mais abrangente, a questão Israel/Palestina piora e o contínuo declínio econômico bem como a epidemia da AIDS estão vinculados à crescente política étnica que se vive na África. Subitamente, o nacionalismo está no centro das coisas e todos querem estar envolvidos com ele. Os marxistas, que não escreviam muito sobre o nacionalismo antes de 1990, de repente começam a escrever sobre o tema. Da mesma forma, marxistas e outros, que não queriam aceitar que o nacionalismo se baseava em nações “reais”, assumem idéias pós-modernas sobre o discurso, a narrativa, a invenção da tradição, etc., o nacionalismo como uma identidade construída, mesmo se tal implicasse abrir mão de outras “realidades” como classe, raça ou gênero (todos se tornam construções discursivas num fluxo interminável).

DD: Penso que já respondeu à minha outra pergunta: por que é que os britânicos estão tão envolvidos, por que é que eles são tão importantes para o estudo do nacionalismo? Não apenas os britânicos, mas outras pessoas que também veem para

a Grã-Bretanha, como Gellner e Hobsbawm, e elas imigram, por vezes, por terem sido vítimas do nacionalismo. Mas o que é que se passa na Grã-Bretanha e nas universidades britânicas? É a Universidade de Cambridge, Oxford ou outro centro intelectual específico que se torna a base do estudo do nacionalismo?

JB: Quanto ao último ponto que frisou, se há um centro, é a LSE. Basta olhar a trajetória dessas pessoas. Hobsbawm estava em Cambridge, mas, na sua autobiografia, ele afirma ter-se sentido muito mais à vontade na LSE (uma instituição mais europeia, cosmopolita), e a maior parte da sua carreira académica foi feita no *Birkbeck College London* e noutras universidades do mundo não-comunista e comunista. Mas, até 1990, Hobsbawm concentrou sua atenção na História Social e das Classes (bandidos, rebeldes, condições de vida) e ficou associado com historiadores marxistas britânicos, como Edward Thompson e Christopher Hill, embora eu pense que se possa ver algo mais de “europeu” no seu trabalho do que no dos outros dois. Gellner esteve em Oxford, mas atacou-a ferozmente no seu primeiro livro, *Words and things*, pelo menos, atacou os filósofos daquela instituição, e depois foi para a LSE, embora tenha passado parte dos anos 1980 em Cambridge antes de ir para Praga, depois do fim do comunismo, e afiliar-se à recentemente criada, *Central European University* (CEU) (instituição financiada por George Soros que havia estudado na LSE). Muitas outras pessoas estiveram na LSE, como Kedourie, cujo livro acerca do nacionalismo, publicado em 1960, levou Gellner a pensar seriamente sobre o assunto. Quanto aos emigrantes, Perry Anderson argumenta que na fase consensual – na era de *Butskellism* (nome derivado de Rab Butler e Hugh Gaitskell, dirigentes políticos dos partidos Tory e Trabalhista na década de 1950) – o empirismo inglês foi construído pelos emigrantes. Porque os empiristas ingleses eram, pelo visto, demasiado empíricos para poderem construir ou defender o empirismo

como um princípio geral. Desta forma, os emigrantes que se apaixonaram pela Inglaterra e viraram as costas às filosofias e políticas absolutistas do continente, que culpavam pelo seu próprio exílio, idealizaram, quase santificaram, o que eles consideravam ser o empirismo inglês. Então, encontram-se Wittgenstein – certamente, os trabalhos mais recentes de Wittgenstein (que Gellner criticou tão veementemente) – e Karl Popper na Filosofia (que Popper alarga à teoria social em *The open society and its enemies*), Hans Eysenck na Psicologia, Isaiah Berlin na Filosofia Política, Geoffrey Elton e Louis Namier na História e muitas outras personalidades. Estes homens adotaram uma abordagem empírica, pouco sistemática, como se de uma virtude particularmente associada à Grã-Bretanha se tratasse. Mas de um jeito muito pouco britânico! De qualquer modo, pode-se perceber uma corrente “dominante/estabelecida” que é positiva quanto ao empirismo inglês, quanto à política pouco sistemática, desconfiada das “grandes” idéias tidas como perigosas, e, por outro lado, uma minoria que reage contra isso, mas individualmente, como Hobsbawm, Gellner e Norbert Elias. Este último grupo tornou-se de fato proeminente, penso, na fase mais tardia, em que a teoria geral reaparece. Contudo, não creio que esta última fase de teorização seja dominada por emigrantes da mesma forma que foi a primeira. Em parte, porque o mesmo número de pessoas que fogem dos regimes fascistas ou comunistas não é igual. Mas, também, porque há muitos britânicos envolvidos. Por exemplo, Anthony Giddens (outra figura da LSE); Benedict Anderson, claro, é anglo-irlandês e viveu sua carreira acadêmica nos EUA; e Anthony Smith, que é uma figura da LSE e britânico; ele praticamente criou o programa de estudo do nacionalismo na LSE e nele ainda permanece muito ativo. Alguns dos trabalhos importantes continuam, de igual forma, a vir da Europa Central, tais como os de Miroslav Hroch (embora ele tivesse publicado trabalhos pioneiros nos anos 1960). Outros provêm dos EUA

(como os trabalhos de Rogers Brubaker e Charles Tilly). E outros ainda de regiões pós-coloniais, como por exemplo os de Partha Chatterjee e da Escola de Estudos Subalternos na Índia. Penso que certas instituições, mais do que certos países, são proeminentes no estudo do nacionalismo, como a LSE e a CEU. No caso da LSE, creio que tal tem a ver com seu caráter cosmopolita, o papel proeminente desempenhado por acadêmicos e alunos estrangeiros nas suas atividades, sua natureza altamente interdisciplinar e, talvez, eu ousaria mesmo dizer, porque os historiadores não dominaram o estudo do nacionalismo, como o fizeram em universidades mais convencionais, com a tendência de inibir o trabalho teórico. No caso da CEU, mais recentemente, tal deveu-se ao fato de essa instituição se ver como um estandarte do pensamento liberal na era pós-comunista e também ao fato de Gellner ter sido nomeado para dirigir o Centro dedicado ao estudo do nacionalismo. Mas isso é realmente de menor importância, penso eu. Acima de tudo, tem havido um processo de globalização intelectual, que diminui a importância da origem ou da localização do estudo do nacionalismo. O assunto está sendo estudado sob diferentes rótulos em muitos outros pontos do mundo. Os acadêmicos movem-se muito mais e se comunicam com maior facilidade. *H-Nacionalism* é apenas um dos últimos exemplos de tal globalização!

DD: O nacionalismo parece reviver e tomar novos rumos no início da década de 1980 e os próprios eventos históricos evidenciam isso mesmo, por sua vez, sob uma nova luz com a queda da União Soviética. Recordo Hobsbawm dizer: "*É bom que haja tanto interesse pelo nacionalismo, pois tal mostra que está prestes a desaparecer.*" E ele cita Hegel: "*A coruja de Minerva voa ao anoitecer.*" Ao que Anthony Smith responde: "*Não me parece que seja ao anoitecer, mas sim ao meio-dia.*"

JB: Sim, penso que Hobsbawm estava sendo um pouco oti-

mista. Mas claro que o nacionalismo continua a mudar, de maneira que, o que a coruja de Minerva antes entendia, talvez, se tenha agora transformado em algo diferente.

DD: Olhando para o passado a partir do início do século XX, quais foram os debates mais importantes, em retrospectiva, sobre a natureza, as origens históricas e o significado do nacionalismo? Quais foram os debates mais produtivos e importantes? Quais foram os mais ou menos importantes em sua opinião?

JB: Bem, para mim, pessoalmente, o mais importante foi distinguir a “nação” do “nacionalismo.” Uma pessoa pode discordar da famosa afirmação de Gellner de que o nacionalismo inventou as nações, mas isso indica que os dois assuntos devem ser estudados, tão analiticamente quanto possível, independentes um do outro. E penso que este foi um dos grandes serviços prestados por Kedourie, porque historiadores mais antigos, como Kohn e Hayes, viam o nacionalismo como dependente na nação - nações ocidentais produziam nacionalismo ocidental; nações de leste produziam nacionalismo de leste. Kedourie, com aquela frase de abertura: “O Nacionalismo é uma doutrina inventada na Europa no início do século XIX,” estabelece uma clara e nova declaração de intenções. O nacionalismo não tem nada a ver com nações ou histórias nacionais. E o segundo passo, vinculado a este, é a abordagem modernista. Se se distinguir o nacionalismo da nação, mesmo se não se questionar a ininterrupta existência das nações, poder-se-á argumentar a favor do nacionalismo como algo pertencente à modernidade. Então, para mim, estas são as coisas mais importantes. E depois, uma vez que se tenha dito que o nacionalismo é algo moderno, dever-se-á forçosamente refletir sobre a natureza da modernidade, de modo a entender o que a modernidade tem que possa explicar o nacionalismo. E é aí que a importância de Gellner é notável, já que ele propõe a

mais destacada teoria não-marxista da modernidade, que ele liga diretamente ao nacionalismo. Outros, como eu, enfatizam mais aspectos específicos da modernidade, tal como a modernização do poder político e do Estado, ou dos meios e das vias de comunicação, como Benedict Anderson faz. É claro que eu não digo isto apenas porque continuo um firme defensor da abordagem modernista como a mais correta para se entender o nacionalismo, ainda que eu próprio tenha mesmo sentido a necessidade de qualificar e complicar essa posição à luz dos debates produzidos ao longo da última década.

DD: Desde sempre tenho o debate de Warwick, de 1995, entre Gellner e Smith, como o momento em que se cristaliza o debate sobre as origens primordiais ou modernas do nacionalismo. Acha que esse debate foi proveitoso? Acha que, no fundo, houve naquele debate mais acordo do que discórdia, ou o debate mostrou ser uma importante e fundamental discussão sobre a temática? [Para uma transcrição do debate de Warwick ver: <http://www.lse.ac.uk/collections/gellner/Warwick.html>]

JB: Sim, ele cristaliza a questão. No entanto, penso que Gellner cedeu demasiado. Para mim, a maior fraqueza de Gellner (e novamente, eu teria de dizê-lo, não é assim?) deveu-se ao fato de ele não ser um historiador. Então, se lhe apresentassem material histórico plausível – digamos sobre os primeiros momentos históricos em que surge uma identidade e sentimento nacional – ele tenderia a aceitar e depois diria: *“Mas isso não importa nada.”* Porque ele marginaliza a história através do raciocínio teórico. Sobre o assunto li uma declaração sua a Anthony Smith: *“Está bem, então você surge com uma série de nações que têm uma longa história, em outras palavras, que têm umbigo. Mas isso não importa nada, porque enquanto eu encontrar uma que não tenha umbigo, então, eu posso argumentar que, em princípio, as outras poderiam igual-*

mente ter existido sem umbigos e, portanto, os umbigos não são relevantes para a existência de nações e do nacionalismo."

A meu ver, a sua rendição à história duvidosa, mesmo com sua ingenuidade teórica, o deixa vulnerável a dois contra-argumentos devastadores. O primeiro é que se pode argumentar que se tantas nações têm uma história nacional pré-moderna, que está relacionada com as nações modernas e o nacionalismo, certamente tem de se aceitar que tal coincidência não é irrelevante. O segundo ponto, e Anthony Smith argumentou-o vigorosamente, afirma que nacionalismos, sem uma história que os estabeleça firmemente, são fracos, frágeis, artificiais, construções claramente manipuladas. E se se substanciar estes dois pontos, então, pode-se efetivamente destruir o argumento-chave de Gellner, segundo o qual o nacionalismo e a nação só são possíveis se forem antecipados por uma brusca industrialização. Parece-me, portanto, que a história pré-moderna torna-se um terreno vital para a contestação. Minha maneira de lidar com isso é fazer apenas duas concessões, menores do que as feitas por Gellner. Primeiro, a linguagem da nação e da nacionalidade está evidentemente muito mais presente no período pré-moderno do que muitos modernistas intransigentes gostam de aceitar. Os "impérios agrários" de Gellner, nos quais o conceito de nacionalidade é simplesmente impossível, claramente não funcionam. É um caso de má história, mesmo quando o próprio conceito aponta para algumas importantes características das sociedades pré-modernas. Nós precisamos, então, examinar cuidadosamente essa linguagem da nacionalidade e, uma vez tendo feito isso, penso que pode ser demonstrado que esta linguagem funciona de maneira bem diferente, estranha mesmo, quando comparada com a linguagem moderna da nacionalidade. Em outras palavras, aceitar que a linguagem existe não é aceitar que as nações modernas ou mesmo os nacionalismos têm uma história pré-moderna significativa. O segundo ponto é o de que a existência de, pre-

cisamente, tal linguagem, sobretudo, quando vinculada a renomadas instituições, tais como a monarquia territorial, proporciona valioso recurso para a linguagem moderna do nacionalismo que, por sua vez, está obcecado com suas origens históricas e com a forma como legitima suas reivindicações, fazendo de tudo para descobrir textos e eventos que aparentemente estabeleçam uma continuidade com o passado. Também penso que alguns aspectos da modernidade podem ser encontrados no período da Reforma, um período que proporciona as condições que antecipam o nacionalismo moderno, como os primórdios do comércio moderno e suas formações sociais e a intensificação do uso da imprensa no conflito político, especialmente entre as elites e as camadas médias urbanas de maior mobilidade. Finalmente, embora eu concorde que não se pode manipular uma identidade nacional de um dia para outro, eu argumentaria que fortes identidades nacionais podem ser construídas em apenas algumas décadas. Isso vê-se repetidamente nos “novos” Estados-nação. Portanto, mais e melhor história – combinada, e não tanto marginalizada, com a teoria modernista de Gellner – teria sido a melhor maneira deste autor argumentar em Warwick.

DD: Disse-nos que era essencialmente um historiador e que o estudo do nacionalismo, por implicação, tende para uma teoria das ciências sociais, para uma teoria abrangente. Mas os cientistas sociais precisam de história, não é assim? Eles precisam de historiadores para os estudos de caso e para testar essas mesmas teorias.

JB: Como eu acabei de mencionar, nenhuma teoria do nacionalismo funciona sem boa história. Mas não se trata apenas de uma questão da história ser um mero instrumento ao serviço da teoria. A própria ciência social tem de ser inteiramente histórica e a história tem de ser informada pela teoria. Os historiadores não podem ser tratados como cães de caça, que

trazem o pássaro de volta sem saberem o que é um pássaro. A resposta, obviamente, mais falada que praticada, é aquela que está a favor da história da ciência social. Eu agora vou, talvez, dizer algo um pouco polêmico. Para mim, um dos efeitos negativos do pós-modernismo nos estudos históricos é aquele que leva as pessoas a pensarem: “*Eu posso estudar este texto, ou pintura, ou música e efetivamente, a partir dessa base, compreender toda a situação histórica.*” (Ou, pelo menos, tanto quanto é possível compreender dessa situação). De uma forma mais mundana, isso leva os historiadores da literatura ou da arte a pensarem que podem escrever história tendo como base textos e imagens visuais. O que, por sua vez, justifica uma abordagem “corta e cola” do passado, por meio da qual se seleciona este ou aquele uso do termo “nação”, se projeta um significado sobre ele e, a partir dele, sobre uma situação mais abrangente, e se juntam as partes do todo com a finalidade de produzir um relato, por exemplo, do “*sentimento nacional da Inglaterra medieval*” ou qualquer coisa do gênero. E isto, por sua vez, pode ser usado para fortalecer uma ou outra “teoria”. Portanto, todo aquele trabalho, cuidadoso e difícil, de examinar interesses e alianças políticas, de examinar o apoio social dado a determinados movimentos – que usam determinadas linguagens –, de examinar as rápidas mudanças de um costume para o outro, os longos períodos de silêncio quando as linguagens da nação não são usadas, mas antes outras linguagens da religião e da linhagem dinástica figuram mais proeminentes – tudo isso vai pela janela fora. O fato é que a teoria é um ponto de partida essencial, mas os seres humanos são tão inteligentes e complexos que é preciso prestar muita atenção ao que eles efetivamente fazem e dizem. (Minha regra fundamental como historiador é: eu não sou mais inteligente do que as pessoas que estou a estudar e elas têm a enorme vantagem de conhecerem sua situação melhor do que eu. A única vantagem que eu tenho em relação a elas é saber o que vem depois,

mas, claro, uma visão unilateral dos textos, dos significados e da interpretação, não levando em conta os contextos, acontecimentos e explicações, anula essa mesma vantagem). É necessário desempenhar um exaustivo trabalho nos arquivos, levando em conta fontes fragmentadas, tentando de uma forma imperfeita entender as coisas. Por exemplo, no mês de abril, em Amsterdã, na Conferência Européia de Ciência Social e História, eu moderei um painel sobre *Nations and Nationalism*. Um dos *papers* apresentados foi o de um historiador húngaro, Andras Vari. Ele começou por dizer o seguinte: "*Há olhares sobre o nacionalismo que se parecem com os dos pássaros pois permitem ver o horizonte, mas não captam nenhum detalhe em particular, e depois há aqueles (de um verme?) que fragmentam o assunto em particularidades*", e para ele, acima de tudo, era este o trabalho dos historiadores sociais, mesmo quando o estudo da política é sua principal preocupação. Então o seu *paper*, por exemplo, era sobre a maneira como os conservadores fundiários da Hungria, no final do século XIX, assumiram pela primeira vez a causa do nacionalismo. E depois ele perguntou, precisamente, que visão do nacionalismo eles adotaram. Que condições os levaram a adotá-la, de que modo e qual foi o resultado. Nenhuma teoria geral que existe no mundo irá jamais responder a tais questões. Claro que nós precisamos usar idéias gerais e procurar generalizações válidas com base na investigação, senão os historiadores tendem a perder-se com seus próprios interesses. Neste caso específico, penso que se pode ver este tipo de nacionalismo a surgir em alguns lugares diferentes (por exemplo, no populismo norte-americano, no protecionismo agrário alemão) ao mesmo tempo que ele só pode tomar forma tendo em conta anteriores configurações do nacionalismo que entretanto se entranharam. Então, pode-se avançar para as idéias gerais, mas apenas depois de importantes e detalhadas discriminações terem sido feitas. Portanto, fico um pouco desanimado quando professores do nacio-

nalismo, cada vez mais publicados, enfatizam o “*primordial isto*,” o “*etno-simbólico aquilo*” e o “*modernista aquele outro*” sem nenhum recurso à história ou, mesmo, à história seletiva. E eu penso que, dessa forma, se pode contar a história que se quiser. A bibliografia de introdução ao tema do nacionalismo também deveria esclarecer o estudante sobre como testar uma ou outra abordagem e isso significa, primeiramente, insistir no uso claro, preciso e lógico dos termos e, em segundo lugar, no uso da história. E não história como “significado” (por exemplo, o uso da história feita pelos nacionalistas, embora este seja um tema importante), mas história como as condições em que o presente surge e, fortemente, restringe e configura nossas atuais escolhas e significados. Se não se fizer isso, as várias “*abordagens*” ou “*teorias*” do nacionalismo parecer-se-ão um pouco com a própria história nacionalista. Quero com isto dizer que a história nacionalista é um gênero de “história abreviada” como definida por Michael Oakeshott. Selecionam-se os pedaços que melhor se encaixam na história que se quer. Mudança de regime – zás, mudança de história; mudança de paradigma – zás, mudança de teoria. Deixe-me dar outro exemplo sobre a importância da evidência histórica e da necessidade da sua contextualização. Nesta Conferência da ASEN, eu moderei um painel sobre livros escolares que tratavam do nacionalismo e da história. Ficou claro para mim como a contextualização é vital para o entendimento, mas que a capacidade para o fazer diminui à medida que as evidências históricas desaparecem. Em primeiro lugar, dois dos *papers* eram sobre o século XIX e um terceiro era sobre a Ucrânia contemporânea. Os dois primeiros – muito bons, devo sublinhar – só puderam analisar os livros escolares e, depois, inferir as atitudes e valores daqueles que escreveram os livros e decidiram sobre o seu uso nas escolas. O *paper* sobre a Ucrânia, para além disso, observou também a atuação e a resposta dos alunos na sala de aula. Esse contexto, de repente, tornou óbvio quão comple-

xo é o ato de comunicar; não há absolutamente nenhuma forma que nos permita apenas projetar o significado dos textos. Os professores, naquele caso, tinham posturas que condicionavam o que eles enfatizavam e como o enfatizavam. Os alunos, por sua vez, tinham posturas que condicionavam o que ouviam e o que aceitavam. Quando eu perguntei ao apresentador do terceiro *paper* quão instrumentalista ele achava que a história era, ele respondeu que não era apenas instrumental, como os próprios livros em discussão, algumas vezes, tinham até sido escritos pelas mesmas pessoas que, há vinte anos, tinham escrito textos marxistas de apoio aos regimes comunistas. Isto não apenas admite a necessidade de um contexto histórico, mas também mostra como as pessoas não têm dificuldades em mudar suas visões do passado, em parte porque o que é mais importante é o interesse do momento e porque é a tal história do corta e cola, quer seja comunista ou nacionalista. Uma das nossas obrigações como historiadores é dizer: “*Não! Vocês não podem fazer isso!*”. Está bem, não devemos nos perder em sucessivas histórias restritas, é verdade. Mas devemos mostrar como as qualidades específicas desta ou daquela idéia foram adotadas por estes ou aqueles interesses e tiveram determinado apoio social numa situação política em particular. E, depois, tratar essa noção no seu próprio contexto. Ter apenas algo vago chamado de “nacionalismo” a pairar na história, pronto a juntar-se a qualquer coisa de que goste, não é suficiente. (A não ser que uma análise cuidadosa mostre que é assim mesmo que o nacionalismo funciona!)

DD: Os historiadores tendem a sentir-se mais confortáveis quando trabalham nos limites de uma nação em particular, em parte porque querem trabalhar com um contexto particular – eles querem entender a política, a cultura – e este não muda radicalmente por causa das fronteiras políticas. Essa tende a ser a maneira pela qual nós, historiadores, abordamos o passado. Há uma tendência agora para uma espécie de história

transnacional. Acha que tal se poderá concretizar?

JB: Eu diria duas coisas. Parece-me, em primeiro lugar, que não é verdade que os historiadores do período pré-moderno sejam muito nacionalistas. Os historiadores de então estudavam as Dinastias, a Igreja Católica ou a História Agrária, por exemplo, os sistemas de propriedade da terra, os quais tinham com frequência um centro geográfico inteiramente “*não-nacional*”. Muitos historiadores pré-modernos não são de maneira alguma nacionalistas, o que faz sentido se a história nacional for tida como um desenvolvimento moderno. Algumas vezes, eles usam a palavra “Alemanha” ou “Itália”, mas apenas como forma de falar: eu estou olhando para algo que está acontecendo aqui e não acolá; a “Alemanha” é um termo que eu uso, mas eu sei que não existe essa coisa chamada “Alemanha”, eu sei que ser “alemão” não é muito importante. Claro que há historiadores nacionalistas que querem estudar a “Alemanha” ou a “França” no século XI e há debates sobre ligações e continuidades, mas não me parece que eles dominem a historiografia acadêmica. Então, seguindo essa lógica, eu questionaria o pressuposto da questão. No período moderno, muitos dos historiadores que estudam as nações, sobretudo quando a história é política, estão efetivamente estudando os Estados, e eles chamam os Estados de “Nações.” “Quantos historiadores estarão realmente escrevendo história nacional, no sentido de que estão a perguntar-se o que torna a Inglaterra inglesa ou o que torna a América americana?” Não sei. Mas certamente tal história está cada vez mais confinada à moldura do Estado-nação, se não mesmo do “nacional.” Evidentemente, a história profissional, em parte, cresceu com a formação dos Estados-nação modernos e colocou-se ao seu serviço. Os Estados-nação dão forma ao sistema educacional que, por sua vez, prepara os educadores. E muitos Estados são abertamente nacionalistas e insistem que os seus historiadores escrevam uma história apropriada. Mas penso que o principal resultado inte-

lectual é a idéia de que há grupos chamados “nações”, de que essas “nações” têm história e de que essa história é mais importante do que qualquer outra história. Suponho, porém, que o resultado mais importante é reduzir os historiadores a caixas nacionais ao invés de fazer suposições sobre a “nação” como uma força que se move pela história. Em termos do transnacional, eu diria, enquanto o mundo estiver dividido em Estados nacionais, alguns dos quais dominam outros Estados-nação, e enquanto esses Estados permanecerem o principal locus de poder, as abordagens transnacionais não proporcionarão uma história alternativa, antes uma nova perspectiva sobre a história nacional. Acabei de receber um livro intitulado *Das Kaiserreich transnational*, o qual adota uma abordagem transnacional em relação ao Segundo Império Alemão. Com efeito, a maior parte dos ensaios escritos nesse livro não rompe com o paradigma nacional, mas diz, por exemplo, que os mesmos métodos administrativos e os mesmos pressupostos foram aplicados ao Sudoeste Africano, à Europa Central de 1917-1918 e ao Leste Europeu no início dos anos 1940; ou à ligação entre valores de classe na Alemanha e valores de raça nas colônias. Ou seja, é preciso fazer ligações entre os continentes, mas, ao mesmo tempo, essas ligações são mediadas pelas elites e instituições alemãs. Esse tipo de transnacionalismo é realmente uma história de ligações entre as diferentes estruturas nacionais, reconhecendo que o Estado-nação age num mundo de outros Estados-nação, também entre fronteiras nacionais (como durante a guerra), e num contexto livre de Estados-nação, como no mundo dos impérios marítimos. Isso pode contribuir com novas perspectivas para o estudo de muitas outras coisas. Por exemplo, outro dos *papers* apresentados em Amsterdã foi sobre as tensões entre os apelos nacionalistas étnicos e cívicos nos EUA na década de 1950 e durante a Guerra Civil. Embora eu seja da opinião de que os debates teóricos sobre o nacionalismo étnico/cívico são importantes para

os historiadores do nacionalismo, eu estou mais interessado em Carl Schurz, um imigrante alemão que se tornou oficial do Exército da União e Senador dos EUA. Por ser historiador da Alemanha, as revoluções de 1848 são de particular interesse para mim. Por isso, achei interessante a forma como Schurz entendeu o debate cívico/étnico nos EUA (com os republicanos tentando atrair o apoio indígena, direcionando-o contra os imigrantes alemães e irlandeses, mas também o próprio apoio dos imigrantes), à luz da sua experiência alemã. Na Alemanha, os alemães eram a “maioria étnica”, o que significava que eles tendiam a ignorar a etnicidade na construção da sua nacionalidade. (Há a pressuposição de que só as minorias são “étnicas”). De repente, lá está ele nos EUA, considerado um membro de uma minoria étnica. Para ele, a linguagem do nacionalismo cívico é uma forma de repudiar aquela designação étnica, uma linguagem que ele nunca tinha usado na Alemanha. Então, a ligação transnacional pode esclarecer as diferentes linguagens do nacionalismo e como e por que elas podem mudar. Contudo, o interesse transnacional também se dá graças ao fato de estarmos agarrados ao presente, e quando algo de novo surge, nós rapidamente projetamos essa preocupação no passado. Se se pretender negar que a globalização é totalmente recente, basta procurá-la no passado. Algumas vezes, isso produz uma história excepcional, como o maravilhoso livro de Chris Bayly, *The birth of the modern world*, que usa criativamente a noção de “globalização arcaica.” A História Ambiental está de igual forma se tornando um grande tema. O presente revela-nos novos problemas, que nós, historiadores, perseguimos. Penso que a globalização e as abordagens transnacionais da história podem ser úteis para mostrar que a formação do Estado-nação na “era da territorialidade” (como Charles Maier lhe chamou) estava diretamente ligada à projeção do poder moderno no mundo e que qualquer história puramente “interna” da nação irá perder essa dimensão crucial.

DD: Mas o nacionalismo também parece ser um tema transnacional interessante, sobretudo quando visto sob a perspectiva americana, sob a influência das idéias européias e dos modelos americanos. Anderson explora isso em *Imagined communities*, e é um dos aspectos do seu trabalho que parece ter sido esquecido. Todos conhecem a comunidade imaginada e o capitalismo de imprensa, mas os modelos americanos dos pioneiros do nacionalismo são ignorados.

JB: Eu penso que grande parte do livro de Anderson é ignorada. As pessoas citam o título e os investigadores do nacionalismo nas suas introduções destacam a idéia do capitalismo de imprensa, mas depois elas esquecem como o nacionalismo começa, porque começa com a guerra e a sua comemoração. Para mim, o material sobre a América espanhola (sobre a qual ele tem mais a dizer do que sobre a América do Norte) é valioso não apenas porque sublinha a comunicação impressa, mas também a estrutura das instituições coloniais, em outras palavras, chama a atenção para a dimensão política, frequentemente negligenciada. Dito isso, eu sei que vários historiadores latino-americanos discordam totalmente da análise de Anderson e argumentam que não havia nacionalismo no período colonial. Penso que Anderson é muito mais citado do que lido. (Mas não é isso verdade de todos os livros que têm tamanha influência?) Eu também acho que há algumas razões específicas para isso acontecer. Em primeiro lugar, ele surge com um título maravilhoso, é o melhor título de todos os livros sobre o nacionalismo. Em segundo lugar, ele – ou melhor, o título do seu livro – pode ser visto de duas maneiras. Os modernistas, como eu, olham para a forma como ele localiza essa imaginação em contextos particulares, sobretudo nos impérios impulsionados pelo capitalismo. Em contraste, os pós-modernistas procuram nele uma maneira através da qual a imaginação funciona na construção das nações, dando mais ênfase ao discurso do que ao contexto. A partir do que Anderson disse sobre os

jornais e os romances como meios através dos quais as pessoas constroem e criam uma identidade, eles perguntam: Podemos também fazer isso com a rádio, a televisão, o cinema, etc.? Tivemos há pouco tempo a Palestra Anual em Homenagem a Gellner. Este ano o orador foi Thomas Eriksen, que perguntou: Podemos fazer isso com os telemóveis, a Internet, as páginas da Internet, os blogues e as salas de conversação? Em suma, penso que Anderson introduz no seu trabalho dois grupos distintos. Eu, por mim, admiro o modernismo. E gosto de pensar que o próprio Anderson é de fato um modernista.

DD: Muitas das abordagens do nacionalismo ocupam-se do estudo do nacionalismo como se de um problema ou algo negativo se tratasse. Observei que a conferência da ASEN de 2007 será dedicada ao lado obscuro do nacionalismo e que lista palavras como violência, terrorismo e genocídio no seu cartaz. É como se o nacionalismo fosse uma má ideia, que se espera que se vá embora. Eu me pergunto se assim o é. Você falou da ilusão de Hobsbawm anteriormente e eu me questiono se essa estrutura que olha para o nacionalismo como uma força pernicioso, como um problema, ou como algo que se pensa ser baseado em falsas identidades, falsas construções, e que se espera que se vá embora uma vez desconstruído, se isso limita nosso entendimento do fenômeno?

JB: Se pensarmos o nacionalismo como algo mau, sim, limitará nosso entendimento. Quero dizer, se se pensar que de cada vez que se usar a palavra “etnonacionalismo”, se está pensando em limpeza étnica e conflito étnico, então creio que tal idéia limitará nosso entendimento da questão. Penso que quando se assiste aos noticiários apenas se vêem más notícias, porque, na verdade, quem quer ver boas notícias? E eu suspeito que os estudos sobre o nacionalismo de maior componente político são como as notícias. Então, quando um estudo se ocupa do estudo da “etnicidade”, tende a ser sobre a Guerra

Civil na Nigéria ou os conflitos violentos no Sri Lanka. Há muitos mais artigos sobre a etnicidade no Congo ou no Zimbábue (onde há crises e conflitos) do que na Tanzânia e na Zâmbia (onde também há “eticidade”, mas não os mesmos níveis de conflito e violência). Lembro-me de uma discussão a que assisti na qual uma pessoa assegurava que a Indonésia não poderia sobreviver sem intensa coerção por causa do seu caráter multiétnico, ao que outra pessoa respondeu que isso significava aceitar a análise da situação como feita pelo Exército indonésio e ignorar o fato de que a diversidade tornava impossível explicar a continuação de uma unidade politicamente organizada em termos de coerção. Na verdade, deveria antes supor-se o contrário. De novo, a abordagem das “más notícias” apenas enfatiza as zonas quentes de conflito em detrimento das zonas frias de cooperação. Recentemente, li uma coletânea de ensaios sobre a democracia e a etnicidade em África. Nela, há um ótimo ensaio escrito por John Lonsdale, que identifica a principal característica da etnicidade como a “integridade moral.” Fez-me lembrar a maravilhosa imagem mencionada por Eriksen na Palestra em Homenagem a Gellner, do nacionalismo como um frigorífico invertido. À medida que a comunidade gera calor do lado de dentro do eletrodoméstico, esse irradia frio do lado de fora. E não se pode esquecer desse aspecto do calor. Por vezes, dá-se outro nome a esse aspecto positivo. Por exemplo, o que é hoje freqüentemente chamado de multiculturalismo já foi chamado de multinacionalismo. Muitos dos trabalhos acadêmicos acerca desse tema tentam explicar, em nível normativo, teórico e político, o seguinte: (1) como se pode devolver poder às coletividades nacional-culturais sem desintegrar os Estados já existentes; ou (2) como valorizar e reconhecer a nacionalidade, vista como uma qualidade cultural, sem que esta adquira uma qualidade divisiva, conflitual e política. Há muito trabalho desse gênero que está sendo desenvolvido, mas que tende a não usar a palavra “nacionalismo” ou

mesmo “etnicidade”, que, por sua vez, tendem a ser mais usadas em estudos sobre violência e conflitos políticos. Mas esta separação está errada. Voltando à imagem do frigorífico: não se pode ter o calor sem o frio. O nacionalismo não deveria ser usado como um termo moral ou dividido entre distinções boas e más (cívico/étnico, ocidental/de leste), ou simplesmente limitado ao campo do conflito político e da violência). Antes deveria ser visto como um gênero de linguagem, sentimento e política, que intrinsecamente inclui e exclui e que assumirá aspectos “obscuros” ou “brilhantes” de acordo com a situação. E isso leva-nos ao centro da discussão do nacionalismo. Sabe qual é a grande pergunta de Gellner? Imagine um camponês, antes dos meados do século XIX, que discute com sua esposa os méritos do novo governador, nomeado pelo sultão para reger a província do Império Otomano onde o casal vive. A esposa entenderá suas queixas se ele reclamar sobre as políticas fiscais ou o serviço militar obrigatório. Mas condenar verbalmente o governador, se o camponês o fizesse, a esposa passaria a duvidar da sanidade mental dele. A questão central é, então, como e por quê se torna esta uma preocupação sensata? Como perguntou um Primeiro Ministro britânico no início do século, por que é que as pessoas deveriam preferir “seu próprio” governo a um bom governo?

DD: Eu penso que a imagem de Eriksen do frigorífico invertido vai ao encontro da questão: Por que é que o nacionalismo é uma força tão poderosa? Por que é que assume controle no período moderno? Por que é que continua tão quente? E, claro, estamos falando das pessoas sentirem-se bem por serem membros de uma nação e encontrarem conforto nela, mas também estarem dispostas a ir para a guerra, dispostas a matar, a morrer por essa coisa chamada nação de uma maneira que não estão dispostas a se sacrificarem por outras organizações, embora se encontrem pessoas que estão dis-

postas a lutar e a morrer pela sua religião, não é assim?

JB: Ou pela sua classe social. Os bolcheviques eram tão fanáticos pela classe ou, pelo menos, por uma certa visão do socialismo e pelo fim das classes, quanto alguns nacionalistas são em relação à sua nação. Eu não tenho uma resposta abrangente para essa questão básica. No entanto, por vezes, penso que essa questão se baseia na premissa, não tanto falsa quanto exagerada, da “vontade de morrer.” Uma vez que se assume que uma larga quantidade de pessoas pensa assim, então é necessário uma teoria realmente forte que explique isso. Se você, tal como eu, não tem uma teoria realmente forte, o que pode fazer é questionar essa premissa e depois, então, ter de se contentar com uma teoria menos forte. Então, por exemplo, no atual mundo desenvolvido, eu não consigo imaginar que os países da Europa Ocidental ou os EUA tolerem obedecer às mesmas ordens que eram dadas aos soldados da Primeira Guerra Mundial: ir para as trincheiras voluntariamente e morrer às dezenas ou centenas de milhar. Eu, simplesmente, acho que tal não aconteceria. E basta apenas olhar para a Guerra do Vietnã para ver que, quando o número de baixas alcançou níveis modestos, quando comparados com os da Primeira Guerra Mundial, os americanos perderam o interesse em continuar com a guerra. Claro, guerras de defesa poderiam ser mais facilmente explicadas. É interessante ver que quando Bethmann-Hollweg, o chanceler alemão, estava a manipular a forma como a eclosão da Guerra deveria ser anunciada publicamente em 1914, ele estava preocupado em retardar a mobilização dos militares alemães até que os russos mobilizassem. Os alemães planejavam atacar a Europa Ocidental, primeiro os franceses, mas o Chanceler sabia que os membros do partido Social-Democrata, que à época era o maior partido, opunham-se a uma ação agressiva contra a França. Se ele pudesse apresentar a guerra em termos de uma reação a um ataque russo – os russos eram então estereotipados como bárbaros

contra quem os alemães precisavam se defender – os alemães poderiam ser mobilizados. Entusiasmo pela guerra, mesmo expresso mediante mobilização voluntária, não significa necessariamente vontade de morrer. Os jovens, freqüentemente, vão para a guerra sem terem idéia do que ela é, como se fosse uma aventura da qual eles esperam regressar. Na conjuntura em que vivemos, a autoridade tem importância. Eu penso que muitas pessoas lutam e morrem porque a autoridade lhes diz para lutarem e morrerem. Sabemos que os homens recrutados para lutar lutam tão bem quanto aqueles que se oferecem como voluntários. Talvez a sociedade moderna inglesa ou americana seja mais nacionalista do que preparada para acatar a autoridade. Finalmente, o processo pelo qual se passa da vida civil para as trincheiras, para os regimentos, para o cumprimento das ordens, é por si só bem complexo e muda a vida das pessoas. Eu acredito que os psicólogos do Exército perceberam a força do pelotão como algo no seio do qual indivíduos ideais podem criar laços estreitos com outros 22 soldados e prepararem-se para arriscar suas vidas por um camarada (que talvez só conheceram um mês antes), formando um número suficiente para continuar a atuar e a preencher os vazios do grupo à medida que vão surgindo. Os regimentos muitas vezes fazem recrutamento na mesma localidade em virtude de pessoas se conhecerem umas às outras e sua comunidade local orgulhase de suas conquistas. Então, eu suspeito que: a) alguns dos fatores que produzem a “vontade de morrer” não mais existem, pelo menos nas sociedades ocidentais, e b) alguns desses fatores têm pouco a ver com a idéia nacional. E, como já foi mencionado, outros sentimentos, como a religião e a classe, podem também estar envolvidos. As situações mudam. Hoje, dizem-nos que o Iraque tem pouca substância como objeto de uma identidade política ou lealdade, porque outras identidades como a identidade sunita, chiita e curda importam mais. Mas, nos anos 1980, milhares de iraquianos, bem como irani-

anos (cujo regime, desde 1979, se distanciou oficialmente de um nacionalismo centrado no Estado) morreram numa guerra que, de muitas maneiras, se assemelhava à Primeira Guerra Mundial em termos de frentes estáticas e de elevada porcentagem de baixas. Se não era zelo nacionalista, então o que era? Se não era zelo nacionalista, por que desapareceu tão rapidamente? Inegavelmente, o poder coercitivo faz parte da explicação, embora eu pense que outros fatores também estejam envolvidos. Mais uma vez, há o perigo de que as pessoas comecem com um “grande fato” que precisa ser explicado com uma “grande teoria.” Se levar a sério meu argumento, verá então reduzido o limite do que deve ser explicado, e é por isso que as pessoas se irão identificar com algo chamado “nação,” vendo-a como algo que tem valor, e algumas delas, às vezes, irão tão longe quanto morrerem por ela, embora esse seja um conjunto complicado de passos, que envolve muitos outros fatores. Claro que eu não nego que o apelo à nação é importante, mas talvez não seja o valor absoluto que a idéia da “vontade de morrer” assume. Também gostaria de destacar que, uma vez conquistado, o Estado-nação, com sua cultura pública nacionalizada, com sua cidadania nacional, com as agências do Estado Social, com todos os seus componentes, que oferecem às pessoas muito do que elas julgam ser importante – não será difícil entender por que razão a idéia nacional tem grande poder. E eu creio que tem muito mais poder nessas situações do que como um movimento de oposição, embora, claramente, possa motivar as minorias a realizarem grandes empreitadas. Gellner, que olhou para o nacionalismo como um produto em vez de uma causa que levava à formação de uma poderosa cultura e de um Estado, estava convencido de que o nacionalismo não iria desaparecer, mas, antes, tornar-se mais moderado nas economias industriais dos países desenvolvidos que estavam então a surgir, e eu penso que ele estava certíssimo. É fácil, obviamente, ser nacionalista quando é a força aérea do

nosso país que está a bombardear o inimigo; torna-se muito mais difícil ser-se nacionalista quando se é chamado a agir, a vestir um uniforme e a lutar. Apesar de tudo, George Bush e Dick Cheney asseguraram-se de que tal não aconteceria com eles, não foi?

DD: No futuro, para onde caminham os estudos sobre o nacionalismo, tanto na LSE como no resto do mundo? Para onde espera que eles caminhem? Na sua opinião, quais são as questões mais promissoras? Se eu fosse um jovem doutorando e lhe perguntasse a que deveria me dedicar nos próximos quatro anos, o que me diria?

JB: Essa é de fato uma boa pergunta. Em primeiro lugar, eu diria que não sei, porque o futuro é algo surpreendente. Eu não antecipei o rápido colapso da União Soviética que, por sua vez, transformou o estudo do nacionalismo. Agora estamos sendo tocados por outros problemas que nenhum de nós antecipou. Uma das coisas importantes referentes ao estudo cuidadoso do passado é saber de antemão que não se tem idéia do que virá depois. Então, segundo essa lógica, qualquer coisa que eu possa dizer é suposição. O mais fácil é extrapolar a partir de tendências já existentes. Parece-me que, em particular, nas nossas sociedades, o multiculturalismo e a identidade como escolhas pessoais ou construções são um tema de investigação de maior interesse. Alguns dos alunos que vêm estudar nacionalismo para a LSE querem trabalhar com refugiados e exilados, ou com temas que tratam da integração. Alguns deles esperam vir a trabalhar em ONGs, envolverem-se em questões como a reconciliação étnica. Eles acreditam que o Curso de Nacionalismo lhes irá ajudar a entender a temática e, por isso, relacionam-no com outros cursos mais específicos (e possíveis futuras carreiras) que também tratam desses temas. Nós temos sorte que a LSE – uma extraordinária instituição para o estudo das ciências sociais – oferece cursos, tanto no

Departamento de Governo como nos outros departamentos, em muitas dessas áreas de interesse. Por isso, eu imagino que muito da ênfase irá ser dada à pluralidade da identidade, à elasticidade da identidade, quer isso leve, no final de contas, à violência e ao lado obscuro do nacionalismo, quer seja mais uma forma de congregar, de maneiras diferentes, sociedades relativamente pacíficas e multiculturais. Penso que haverá bastante disso. É agradável ver o idealismo dos estudantes envolvidos com esses interesses, assim como ver quão inteligentes esses estudantes são. De um modo geral, penso que alguns estudantes que vêm dos EUA ficam perplexos com o ressurgimento do nacionalismo, por exemplo, nos EUA, onde muitos pensavam, talvez, não ser uma força poderosa e, por isso, eles passam algum tempo da sua vida acadêmica tentando perceber esse fenômeno. Eu gostaria de ver – o que é muito diferente do que eu penso que irá surgir – estudos históricos do nacionalismo mais teoricamente informados. Desde sempre, os historiadores correm o perigo de contar uma história atrás da outra. Quer dizer, é isso que nós, historiadores, sabemos fazer bem, mas também é a nossa maior fraqueza. Muitas vezes, um estudante diz: *“Bem, é interessante, mas o que é que isso tem a ver com o resto?”* Contudo, o grande ponto forte do historiador é que ele tem de analisar material complexo e a teoria, por sua vez, tem de ser realmente poderosa e útil para ajudá-lo a fazer isso. Neste momento, não consigo contar com historiadores para fazer trabalho de investigação comigo, uma vez que os interesses recaem sobretudo no passado recente, presente e mesmo no futuro próximo, em temas como o multiculturalismo, as migrações e as diásporas contemporâneas, os conflitos étnicos, as políticas administrativas e as explicações sobre estas. Mas mesmo quando direccionados para o presente, penso ser necessário dar-se mais ênfase à história social. Tome como exemplo o assunto das diásporas e do nacionalismo, que creio que com o tempo se tornará um tópico de crescente importân-

cia, o qual irá requerer abordagens transnacionais. Eu gostei da palestra de Thomas Eriksen sobre o nacionalismo e o espaço cibernético, que considerava a relação entre tecnologias modernas de comunicação, tal como a Internet, e as comunidades de diáspora. Eu discuti com ele o assunto e disse-lhe que, na minha opinião, o ponto de partida é o carácter social das diásporas, sendo as tecnologias de comunicação secundárias àquele. É importante ter-se disponível uma nova forma de comunicação. Mas em última instância, no meu ponto de vista, são os grupos sociais, são os seres humanos, e o que eles pretendem fazer com esses recursos que importa, e não se pode saber previamente como irão eles usar essas coisas, porque os seres humanos são tão inteligentes, complexos e mutáveis, que não se pode adivinhar o que eles farão. Portanto, uma diáspora não é uma diáspora. Se se está a tratar de pessoas de 20 anos que são consideradas trabalhadores qualificados nos seus países de origem, mas depois são tidos como semiqualiificados num país onde procuram emprego, algo que se aplica, por exemplo, a uns 20% da força laboral romena atualmente a trabalhar fora da Romênia, isso é uma diáspora. O que é muito diferente, por exemplo, da terceira geração de polacos que atualmente vive na Grã-Bretanha e que originalmente imigrou durante e depois da Segunda Guerra Mundial. E essa diferença vê-se até quando se olha para a terceira geração de polacos na diáspora e se compara com os trabalhadores imigrantes polacos que entraram na Grã-Bretanha depois da Polónia ter ingressado na União Européia. Eles parecem-se mais com os romenos e, por isso, suponho que a moderna diáspora polaca poderá ser mais adequadamente comparada com a moderna diáspora romena do que com a diáspora polaca mais antiga. Em outras palavras: a nacionalidade conta menos do que a demografia das diásporas; diferentes grupos irão usar os serviços de comunicação de diferentes maneiras e apenas um estudo mais detalhado sobre os grupos sociais avançará o co-

nhecimento. Ou, por exemplo, os exilados e refugiados. Os históricos cabeçalhos dos meios de comunicação que nunca distinguem as várias razões pelas quais as pessoas imigram, quer imigrem com as suas famílias ou sozinhas, quer imigrem com o objetivo de procurar trabalho ou proteção, que imigrem com ou sem aptidões e outras qualificações profissionais, quer imigrem para ficar permanente ou temporariamente nos países de acolhimento. E, portanto, eu gostaria de ver o mesmo trabalho empírico, que os historiadores fazem, usado nos estudos contemporâneos do nacionalismo. E não basta ter alguns jornais e pensar que a partir deles se pode contar uma história. Falo de trabalho a sério.

DD: Disse que muitos dos estudos do nacionalismo se centram nos problemas e nas zonas quentes e assim por diante. A América não teve tantos problemas quanto a isso – ou as Américas – de forma geral, não tiveram tantos movimentos separatistas quanto a isso, com a exceção de um movimento bastante sangrento originário da região onde nasci (EUA), e penso que essa é uma das razões por que os americanos foram como que excluídos do debate sobre o nacionalismo, especialmente enquanto este se desenvolvia nos anos 1980. O que prevê? Há algum interesse na América? John Hutchinson disse que gostaria de ver a revista, *Nations and Nationalism*, dar mais atenção à história e a outras partes do mundo, sobretudo, às Américas. É essa uma possível direção para a qual se caminha ou, porque é uma direção que está separada das preocupações etnonacionalistas, é pouco provável que venha a dar frutos?

JB: A revista tem, atualmente, colaboradores da América do Norte, sobretudo do Canadá, e claro que muitos dos recentes teóricos do multiculturalismo são canadianos, tais como Will Kymlicka e Charles Taylor. Penso que se está a referir a algo que é especificamente dos EUA, mais do que da América

em geral. E, em alguns casos, creio que as Américas têm sido negligenciadas pela nossa parte, uma vez que estou seguro de que há bastantes coisas sobre conflitos étnicos e nacionalismo político na América do Sul. (Na verdade, vamos publicar brevemente um número especial de *Nations and Nationalism* sobre a América do Sul). Eu penso que há razões mais específicas que justificam a negligência das Américas, com a exceção do Canadá. Os movimentos independentistas que queriam se separar do domínio espanhol e britânico, no final do século XVIII e início do século XIX, não usavam a linguagem do nacionalismo. (É neste ponto que alguns latino-americanistas contestam os argumentos de Benedict Anderson, quando este fala de “nacionalismo crioulo”, algo que, segundo os primeiros, só surge mais tarde). Recentemente, tenho feito pesquisa em jornais britânicos do início do século XIX com o objetivo de ver se os movimentos de independência americanos tiveram impacto no desenvolvimento da linguagem da nacionalidade, e este é um caso interessante do cão que não latiu à noite: não parece ter havido muito impacto, certamente, no relacionado à América do Sul. Uma vez conquistada a independência, estes Estados independentes foram absorvidos pelos próprios assuntos internos. O nacionalismo tendeu a ser associado à formação do Estado-nação e isso foi percebido, acima de tudo, em termos do desmembramento de impérios multinacionais, primeiro na Europa e depois nos territórios dos impérios marítimos europeus. Em parte, essa é a razão por que as Américas foram marginalizadas nos estudos mais gerais sobre o nacionalismo. (E eu tenho de me declarar culpado. À exceção do Canadá, a América é o único continente que não consta nos estudos de caso do meu livro sobre o nacionalismo.) Mas também acho que tal se deve a um certo paroquialismo pela parte da revista, pois os estudos do nacionalismo sempre foram vistos como sendo relevantes para a África, Ásia e Oriente Médio, mas também não se tem prestado muita atenção a essas áreas.

as geográficas. E, evidentemente, temas como nacionalismo e a guerra entre Estados (tal como a guerra sangrenta que envolveu o Paraguai em meados do século XIX), ou a Guerra Civil dos EUA, juntamente com o nacionalismo e o *state-buildings* são temas importantes na história americana. Mas nosso centro de atenção tem sido realmente a Europa.

DD: Sim. Foi aí que o debate se centrou?

JB: Sim, mas como eu indiquei anteriormente, penso que agora o debate é global. Então, creio que temos de mudar, levando isso em conta. Estou agora para editar um livro intitulado *The Oxford handbook on the history of nationalism*. Pretendo que nele o mundo todo esteja devidamente representado e espero escrever uma nova história do nacionalismo, a partir das contribuições escritas para esse livro, de modo a assegurar que eu próprio me mantenha informado sobre o estado das coisas na Ásia, África, América do Sul, América do Norte e Europa. Concordo que muitas das teorias do nacionalismo foram construídas tendo como foco a experiência europeia. É incrível como muitos dos maiores escritores do nacionalismo nasceram nos Impérios Habsburgo e Romanov ou nos Estados que lhes sucederam. Porém, não mais... Então, penso que devemos generalizar o leque de estudos de caso, juntamente com a expansão dos interesses e das contribuições. Talvez na América haja esse interesse, com exceção dos estudos étnicos, onde, a bem da verdade, as teorias da etnicidade e os estudos étnicos foram pioneiros, em termos da sua história doméstica. A meu ver, os acontecimentos nos EUA, a partir do 9 de Setembro e da invasão do Iraque, geraram formas quase explícitas de nacionalismo norte-americano, e pode ser que haja aí uma resposta. Pergunto-me se a criação da ARENA e do *H-Nationalism* podem ser vistos nesse contexto. Mas, para além de ampliar a cobertura geográfica, necessitamos também de mais história e de levar em conta as novas direções para onde o

estudo do nacionalismo está caminhando, por exemplo, os estudos normativos (sobre o multiculturalismo ou o nacionalismo liberal), os estudos sobre política administrativa (de novo, o multiculturalismo e também a resolução de conflitos étnicos e os desenhos constitucionais) e as preocupações transnacionais (como, por exemplo, as diásporas, mas também padrões de migração mais móveis que não criam comunidades permanentes no estrangeiro). Também gostaria de sublinhar que, apesar das minhas críticas no referente ao excesso de ênfase atribuída aos “textos” sem levar em conta o “contexto”, eu gostaria de ver mais trabalhos sobre temas como a música e o nacionalismo, a literatura e o nacionalismo, as artes visuais e o nacionalismo. Penso que no futuro iremos publicar mais sobre essas áreas, mas trabalhos que contextualizem tais temas e sejam claros sobre que aspecto do nacionalismo se está tratando. Ainda há muito a ser feito.

DD: John Breuilly, muito obrigado por partilhar seu tempo e suas idéias sobre o nacionalismo conosco e com os associados do *H-Nationalism*.

Nota: Esta entrevista foi gravada em Londres, no dia 29 de março de 2006, e transcrita por Johanna “Micki” Blakely, uma estudante de História Pública da Universidade da Carolina do Sul.